

## **A Pessoa Portadora de Deficiência e o Mercado de Trabalho: Análise de uma Política de Inclusão Social**

Biscalchim, B. R\*, e Marchetto, P.B.

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, campus de Araraquara, Departamento de Administração Pública.

O contexto desta pesquisa é analisar a situação atual do deficiente físico, com relação à sua efetiva inserção no mercado de trabalho. Estudar-se-à mais especificadamente a tutela jurídica do deficiente e os mecanismos criados pela Lei nº 8.213/91 para a criação de uma estabilidade para o mesmo. Além disso, é intuito dessa pesquisa que se encontra em desenvolvimento, também investigar a atuação do Poder Público, enfocando em um primeiro momento a Prefeitura de Araraquara, comparando o que o ordenamento jurídico dispõe para a proteção desse grupo de pessoas, com o que realmente é feito quais instrumentos podem ser utilizados para reparar eventual omissão.

O presente trabalho objetiva analisar um tipo de política pública que busca a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Essa política surge em razão das disposições contidas no art. 93 da Lei nº 8.213/91, que prescreve a obrigatoriedade de empresas com mais de 100 empregados preencherem 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou deficientes habilitados. A presente pesquisa investiga, especificamente, a adoção da regra no serviço público, estudando setores da Administração Pública, os denominados pequenos municípios, especialmente aqueles compreendidos na chamada Região Administrativa Central, servindo de amostra inicial o município de Araraquara, podendo se estender ao longo do desenvolvimento do presente, a outros municípios. Além disso, está sendo explorada a realidade atual que é enfrentada pelos deficientes físicos para ocuparem uma vaga de emprego, enfatizando a importância dessas contratações, não só no quesito compromisso social, como no que tange ao incentivo no combate ao preconceito e discriminação.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, incluindo uma análise legislativa relacionando-se com o olhar da sociedade desde a Antiguidade frente à inserção do deficiente e as mudanças que foram e ainda estão ocorrendo, e com o intuito de investigar o modo como a Administração Pública está se posicionando frente à diversidade nas contratações, focando a inserção do deficiente no quadro de funcionários. A pesquisa também qualitativa e exploratória buscará fundamentação teórica para expor a realidade do deficiente físico no mercado de trabalho e contará com os dados referentes às Prefeituras estudadas.

Até o presente momento foram feitas pesquisas bibliográficas sobre o assunto desde a Antiguidade até os dias atuais, e de campo. A primeira visita foi á Câmara dos Vereadores de Araraquara onde tivemos um primeiro contato com as políticas públicas adotadas com relação a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho por meio da Lei 8.213/91. Logo após conhecemos a Secretária de Articulação e Participação Popular, que é a Secretária que trabalha com a questão da inclusão social. Na Secretária tivemos conhecimento que a Prefeitura de Araraquara, juntamente com Câmara e a Assessoria de Políticas para Pessoas com Deficiência, desejam realizar um censo para se descobrir efetivamente o número de pessoas com deficiência que residem em Araraquara, onde moram qual o tipo de necessidade para posteriormente focar em políticas que atendam a esse público. Como próximos passos serão realizadas mais pesquisas de campo, como em secretárias, sindicatos, sempre focando em como o poder público atua com a questão da inclusão social do deficiente no mercado de trabalho, e, principalmente, verificando a observância do dispositivo legal em análise.

Podemos concluir que os portadores de deficiência enfrentam muitas dificuldades desde a Antiguidade até os dias atuais. Com a legislação mais especificamente com a Lei nº 8.213/91 que cria a obrigatoriedade das empresas com cem funcionários ou mais de possuírem no seu quadro de funcionários pessoas portadores de deficiência, buscou-se minimizar esse estigma existente sobre eles através da inclusão social, e com isso seus direitos foram assegurados. É nesse contexto que entra a atuação do Poder Público no sentido de garantir que o dispositivo legal criado seja respeitado.